



PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO – Folha 01/02
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - Processo nº 007/2016 PMB-PP-SRP

O Sr. **GESIEL DA SILVA NUNES**, brasileiro, divorciado, funcionário público municipal, técnico em contabilidade, residente e domiciliado à Travessa 9 de Setembro, nº 393, bairro Centro, CEP 68600-000, município de Bragança-PA, portador da cédula de identidade nº **6493443**, 2ª via, PCII/PA, inscrito no CPF sob o nº **171.428.732-72** e no CRC-PA sob o nº **0056650-PA**, responsável pelo Controle Interno do Município de Bragança, Estado do Pará, nomeado nos termos da **Portaria nº 432/2014**, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **Processo nº 007/2016 PMB-PP-SRP**, referente à licitação PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que objetiva a futura contratação de pessoa jurídica para CONFECÇÃO DE UNIFORMES, a fim de atender os servidores da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93, demais instrumentos legais correlatos e baseado ainda nas peças que compõe o referido processo e abaixo citadas:

- Ofício nº 143/2015 – SINFRA – 17/06/2015 – Anexos: Termo de Referência, Mapa de Apuração de Preços e Encaminhamento das solicitações com as cotações de preços;
- Despacho do Setor de Contabilidade - Dotação Orçamentária – 08/01/2016;
- Autorização do Senhor Prefeito Municipal em 12/01/2016;
- Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira em 12/01/2016;
- Portaria nº 003-D/2016, de 04/01/2016 designando Pregoeiros e Equipe de Apoio;
- Autuação do Processo Licitatório em 10/02/2016;
- Despacho à Assessoria Jurídica em 10/02/2016;
- Parecer Jurídico nº 08/2016/CPL/PMB emitido em 12/02/2016 e assinado pela Senhora Leila Moitinho Bentes, Advogada OAB-PA 17.464;
- Aviso de Licitação e Certidão de Divulgação expedidos pela Comissão Permanente de Licitação em 17/03/2016;
- Aviso de Licitação e editais publicados em 17/03/2016 no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Pará e em 14/03/2016 no jornal de grande circulação denominado Amazônia Jornal;
- Empresas participantes deste processo licitatório: T. R. O. DE AGUIAR ME – CNPJ: 07.363.750/0001-77;
- Ata de realização do Pregão Presencial realizada nos dias 28/03/2016;
- Empresa vencedora e adjudicada, conforme Termo de Adjudicação em 28/03/2016: T. R. O. DE AGUIAR ME;
- Parecer Jurídico S/N 2016/CPL/PMB emitido em 31/03/2016 e assinado pela Senhora Leila Moitinho Bentes, Advogada OAB-PA 17.464;
- Termo de Homologação em 01/04/2016;
- Aviso de Homologação e Adjudicação em 01/04/2016;
- Certidão de Afixação de Aviso do Termo de Homologação e Adjudicação em 01/04/2016;



PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO – Folha 02/02
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - Processo nº 007/2016 PMB-PP-SRP

- Ata de Registro de Preços e Anexos em 01/04/2016;
- Certidão de Afixação do Extrato da Ata de Registro de Preços em 01/04/2016;
- Publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial da União em 06/04/2016;

Declara ainda, que o referido processo se encontra:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases interna, de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Bragança-PA, 18 de maio de 2016.